



**A APROPRIAÇÃO DA NATUREZA E A REINVENÇÃO DO CAPITAL NAS  
ÁREAS PROTEGIDAS DO PANTANAL TRANSFRONTEIRIÇO: O CASO DO  
PARQUE NACIONAL OTUQUIS (BOLÍVIA), PARQUE NACIONAL DO  
PANTANAL MATO-GROSSENSE (BRASIL) E O PARQUE NACIONAL RÍO  
NEGRO (PARAGUAI)**

**THE APPROPRIATION OF NATURE AND THE REINVENTION OF CAPITAL  
IN THE PROTECTED AREAS OF TRANSBOUNDARY PANTANAL: THE  
CASE OF THE OTUQUIS NATIONAL PARK (BOLIVIA), NATIONAL PARK  
OF PANTANAL MATO-GROSSENSE (BRAZIL) AND THE NATIONAL PARK  
RÍO NEGRO (PARAGUAY)**

**LA APROPIACIÓN DE LA NATURALEZA Y LA REINVENCIÓN DEL  
CAPITAL EN LAS ÁREAS PROTEGIDAS DEL PANTANAL  
TRANSFRONTERIZO: EL CASO DEL PARQUE NACIONAL OTUQUIS  
(BOLIVIA), PARQUE NACIONAL DEL PANTANAL MATO-GROSSENSE  
(BRASIL) Y EL PARQUE NACIONAL RÍO NEGRO (PARAGUAY)**

**Karoline Batista Gonçalves**

Doutora e Mestre em Geografia pela Universidade da Grande Dourados (UFGD) e Bacharel em Relações Internacionais pela Faculdade Anhanguera de Dourados-MS. Membro do Grupo de Pesquisa Território e Ambiente (GTA)

estiloartesc@hotmail.com

**Cecilia Aparecida Costa**

Doutora em Geografia pela Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). Membro do Grupo de Pesquisa Território e Ambiente (GTA)

ceciliaapcosta@hotmail.com

## **RESUMO**

Este artigo visa identificar como as áreas protegidas localizadas no Pantanal Transfronteiriço (Bolívia, Brasil e Paraguai) têm sido apropriadas e reinventadas pelo capital. O objetivo principal



é analisar como alguns grupos de interesse têm se apropriado destas áreas para implantar obras de infraestrutura, que em nada contribuem para a conservação. A partir da perspectiva de que, por trás do ideal conservacionista está embutido a apropriação da natureza e sua transformação, onde o capital se apropria dos recursos naturais na perspectiva de acumulação, optou-se por utilizar a concepção de natureza, enquanto uma produção social advinda das relações sociais. A metodologia utilizada foi uma combinação entre pesquisa bibliográfica, e a realização de pesquisas de campo nas seguintes áreas protegidas: Parque Nacional Otuquis (Bolívia), Parque Nacional do Pantanal Mato-Grossense (Brasil) e o Parque Nacional Río Negro (Paraguai), onde foram realizadas entrevistas com os responsáveis pelo gerenciamento destas áreas. Portanto, esta análise surge com a possibilidade de identificar que tipo conservação está atrelada a essas áreas protegidas tendo em conta que essas áreas foram criadas pelos Estados Nação e justificadas pela necessidade de garantir a conservação do Pantanal. No entanto, embora existam divergências em torno de seu gerenciamento e da ideia de conservar, algo é comum em todas elas – a imbricação dos interesses econômicos.

**Palavras-chave:** Natureza; Apropriação; Capital; Áreas Protegidas; Pantanal

## ABSTRACT

This article aims to identify how the protected areas located in the Transboundary Pantanal (Bolivia, Brazil and Paraguay) have been appropriated and reinvented by capital. The main objective is to analyze how some interest groups have appropriated these areas to implement infrastructure works, which in no way contribute to conservation. From the perspective that, behind the conservationist ideal, the appropriation of nature and its transformation is embedded, where capital appropriates natural resources in the perspective of accumulation, it was decided to use the concept of nature, while a social production arising social relations. The methodology used was a combination of bibliographic research and field research in the following protected areas: Otuquis National Park (Bolivia), Pantanal Mato-Grossense National Park (Brazil) and Río Negro National Park (Paraguay), where interviews were conducted with those responsible for managing these areas. Therefore, this analysis appears with the possibility of identifying what type of conservation is linked to these protected areas, taking into account that these areas were created by the Nation States and justified by the need to guarantee the conservation of the Pantanal. However, although there are divergences around their management and the idea of conserving, something is common in all of them - the overlapping of economic interests.

**Keywords:** Nature; Appropriation; Capital; Protected Areas; Pantanal

## RESUMEN

Este artículo tiene como objetivo identificar cómo las áreas protegidas ubicadas en el Pantanal Transfronterizo (Bolivia, Brasil y Paraguay) han sido apropiadas y reinventadas por la capital. El objetivo principal es analizar cómo algunos grupos de interés se han



apropiado de estas áreas para implementar obras de infraestructura, que de ninguna manera contribuyen a la conservación. Desde la perspectiva de que, detrás del ideal conservacionista, se incrusta la apropiación de la naturaleza y su transformación, donde el capital se apropia de los recursos naturales en la perspectiva de la acumulación, se decidió utilizar el concepto de naturaleza, mientras surge una producción social relaciones sociales. La metodología utilizada fue una combinación de investigación bibliográfica e investigación de campo en las siguientes áreas protegidas: Parque Nacional Otuquis (Bolivia), Parque Nacional Pantanal Mato-Grossense (Brasil) y Parque Nacional Río Negro (Paraguay), donde Se realizaron entrevistas con los responsables de la gestión de estas áreas. Por lo tanto, este análisis aparece con la posibilidad de identificar qué tipo de conservación está vinculada a estas áreas protegidas, teniendo en cuenta que estas áreas fueron creadas por los Estados Nacionales y justificadas por la necesidad de garantizar la conservación del Pantanal. Sin embargo, aunque existen divergencias en torno a su gestión y la idea de conservar, algo es común en todos ellos: la superposición de intereses económicos.

**Palabras clave:** Naturaleza; Apropiación; Capital; Áreas protegidas; Pantanal

## INTRODUÇÃO

A temática ambiental tem despertado uma série de discussões nos últimos anos em diversas áreas do conhecimento tais como: humanas, biológicas, econômicas e jurídicas. As preocupações ligadas a esse tema foram adquirindo novas proposições à medida em que o sujeito passou a desenvolver novas sensibilidades em relação a natureza. Tal qual aponta, Thomas (1988), onde parte dessas mudanças iniciaram-se no decorrer do século XVII, a partir da disseminação da distinção entre o homem e os animais adquirindo uma significativa importância na religião, civilidade e educação, pois o que importava era a superioridade do homem frente a natureza. Essa ideia de dominação foi difundida por muitos anos até que em meados do século XVIII novas sensibilidades referentes a relação homem-natureza começaram a florescer, pois o tratamento até então dado aos animais passou a ser observado e questionado. Diante disso, surge uma nova preocupação com os animais e os demais elementos da natureza, no qual eles passaram a ser vistos com uma outra percepção.



As relações sociais estabelecidas com a natureza acabam sendo influenciadas pelas novas concepções que englobam desde o domínio da natureza, passando pela ideia de natureza como algo exterior, como objeto a ser transformado em mercadoria, até chegar à concepção de natureza como uma produção social e política. Em conformidade com Smith (1988), o surgimento da concepção de natureza, enquanto um produto social, apareceu durante o desenvolvimento da frente pioneira americana, em que a ideia de natureza como algo exterior fundamentava a dominação influenciando o comportamento social. Além disso, essa frente pioneira trazia consigo o ideal de progresso e civilidade, que enxergava a natureza como algo a ser conquistado. O autor ainda aponta, que o conceito moderno de natureza adquire duas funções: na primeira, a natureza foi tão domesticada que acabou recebendo conotações de hostilidade, utilizadas para acontecimentos naturais; e na segunda refere-se à função ideológica da concepção universal, que atribui a determinados comportamentos sociais o “status” de eventos naturais, porque são fenômenos normais que Deus criou e acontecem. Essas duas funções criam uma ideia de conquista e controle da natureza atrelada ao comportamento social. Nessa perspectiva, tudo é natural, agradando ou não é considerado natural. Tanto a natureza exterior quanto a concepção universal incluem a atividade humana. Mediante isso, o capitalismo pode ser visto como algo natural, pois a tecnologia da máquina utilizada no trabalho é algo natural e necessário. Smith (1988) enfatiza que o crescimento político econômico do século XVIII defendia a ideia de natureza como fonte de valor. Isso contribuiu para que ela fosse vista como um fator externo, e esse discurso alcança tanto o campo, quanto as fábricas, era como se a natureza fosse externa ao homem, e esse não fizesse parte dela.

Esse dualismo em relação a concepção de natureza durou por alguns anos até que Marx (1967) ao tentar abordar natureza e história juntas, afirmou que não fazia sentido tratar a natureza separada da sociedade, isso porque para o sujeito se colocar na natureza, ele acaba estabelecendo uma relação com ela. Vale ressaltar, que a natureza engloba o sujeito e o objeto do trabalho, por esse motivo observar natureza e sociedade separadas



torna-se uma grande contradição.

Em função disso, entende-se que no processo de expansão e desenvolvimento do capital, a natureza acaba adquirindo características de uma produção social, abarcando aquilo que Marx (1967) denominou valores de uso e de troca, atendendo as necessidades do capitalismo e alterando a forma da natureza. No mundo contemporâneo a relação com a natureza é influenciada pelas relações sociais do capitalismo, pois esse se apropria da natureza, e se recria utilizando elementos dela. À vista disso, a presente discussão tem o objetivo de identificar como esse processo ocorre em três áreas protegidas do Pantanal a partir dos seguintes projetos: Parque Nacional Otuquis (Bolívia) levando em consideração as obras de infraestrutura do Projeto Portuário Motacucito-Mutún-Puerto Busch, Parque Nacional do Pantanal Mato-grossense (Brasil) a partir de uma análise da Hidrovia Paraguai Paraná e Parque Nacional (Río Negro) observando a instalação das reservas privadas Guyra Paraguay e Fortín Pátria.

Posto isso, este artigo resulta de uma combinação entre as discussões realizadas no Grupo de Pesquisa Território e Ambiente- GTA, e as pesquisas de campo realizadas em áreas protegidas do Pantanal (Bolívia, Brasil e Paraguai). Na tentativa de mostrar a relação concreta pela qual a natureza assume uma prioridade social, e como o capital reinventa-se, e apropria-se das áreas protegidas. Questiona-se: como pensar em conservar uma área onde o seu uso é restrito, no entanto, está atrelado a beneficiar apenas alguns grupos de interesse?

Porém, tal indagação não se refere a um fato novo, ou específico dos parques apresentados neste texto. O interesse econômico ligado a um grupo de poder está embutido na criação dessas áreas de conservação, ou seja, nasceu concomitantemente com o primeiro “parque nacional” criado no mundo, o Parque Nacional do Yellowstone, localizado nos Estados Unidos.

Afinal, como foi informado por Nash (2014), Jay Cooke and Company - financiadora da Northern Pacific Railroad – era quem detinha maior interesse na criação dessa área de conservação, porque observou que existia a possibilidade de se obter lucro



caso fosse criado um atrativo turístico no oeste americano, que até então, era uma região pouco povoada.

Outro ponto que merece destaque é o fato de que quando a proposta de criar o Yellowstone chegou ao Congresso ela foi defendida, como ressaltou Nash (2014), pautada em um discurso referente à inviabilidade da área para o cultivo em razão da elevada altitude e pelo seu clima frio.

Portanto, ficava claro que o interesse predominante era econômico e não uma preocupação com a conservação ambiental. O parque que se tornou para o mundo um modelo de conservação, não foi planejado para esse fim. O que se criou foi “[...] *a public park or pleasuring ground*”<sup>1</sup> (NASH, 2014, p. 112). Segundo o autor, a conservação veio posteriormente na medida em que as determinações de proibições de uso ganharam atenção de observadores e, esses fizeram suas interpretações.

Partindo dessa perspectiva, conciliando com as pesquisas de campo realizadas nas áreas protegidas delimitadas, foi possível identificar os elementos que se encaixam nesse processo, em que, a natureza se torna um instrumento para a produção. A pesquisa de campo teve como finalidade conhecer as áreas protegidas, bem como coletar dados e informações importantes para essa análise, além de revelar a distribuição territorial do Pantanal, que se divide em múltiplos territórios. As visitas foram realizadas da seguinte forma: inicialmente na Bolívia- Parque Nacional Otuquis (23 à 25 de julho 2017), no Brasil- Parque Nacional Pantanal Mato-grossense (8 à 11 de junho 2018) e por fim no Paraguai- Parque Nacional do Río Negro (2 à 5 de outubro 2018). Durante as visitas o principal objetivo era conhecer as áreas e observar como tem sido o gerenciamento destas, bem como identificar a dinâmica territorial de cada uma. Além disso, realizamos entrevistas semiestruturadas com os responsáveis pelo gerenciamento das áreas, e com guardas-parque.

---

<sup>1</sup> “Um parque público ou um local de prazer” (Tradução Nossa).



A pesquisa bibliográfica fundamentou teoricamente as abordagens em torno do objeto, que teve as atenções voltadas para: o Pantanal e as áreas protegidas. Tendo adotado a concepção de natureza a partir da perspectiva proposta por Smith (1988) onde entende-se natureza como uma produção social e política, que justifica a dominação e o comportamento social, buscou-se identificar como o capitalismo tem se apropriado da natureza utilizando o discurso conservacionista, mas com muitos interesses imbricados. Diante disso, questiona-se: Conservar o que? Para que e para quem?

Dentre os aspectos revelados pela pesquisa destaca-se a busca por parte do capital pelas novas estratégias de acumulação, nisto, fazendo uso dos elementos naturais; o fato do Estado como um agente regulador da legislação e do gerenciamento das áreas protegidas dar o aval para o capital fazer o uso dessas áreas, e quando isso acontece verifica-se que o privado se apropria da natureza com a anuência do Estado.

Desta forma, a análise a respeito da apropriação e reinvenção pelo capital das áreas protegidas do Pantanal foi feita a partir de três áreas protegidas do Pantanal Transfronteiriço, tendo em conta os seguintes aspectos: no Parque Nacional do Pantanal Mato-grossense o avanço das obras da Hidrovia Paraguai Paraná; no Parque Nacional e ANMI Otuquis o desenvolvimento do Projeto Portuário Motacucito-Mutún-Puerto Busch e no Parque Nacional do Río Negro as Reservas privadas.

Isto posto, constata-se que a análise realizada foi um conjunto interpretativo conciliando dados e informação captadas durante a pesquisa de campo, com as discussões realizadas pelo grupo de pesquisa em torno da concepção de natureza.

## **O PANTANAL TRANSFRONTEIRIÇO E AS APROPRIAÇÕES DO CAPITAL NAS ÁREAS PROTEGIDAS**

Reconhecido mundialmente pelo título de Reserva do Patrimônio Mundial e Sítio RAMSAR- Convenção sobre Zonas Úmidas de Importância Internacional, especialmente como Habitat de Aves Aquáticas - (1993) e Reserva da Biosfera Mundial



no Brasil; Sítio RAMSAR (1994)<sup>2</sup> e Reserva da Biosfera del Chaco (2001) no Paraguai. Sítio RAMSAR (2002) na Bolívia. O Pantanal é um ambiente que perpassa as fronteiras, localizado na América do Sul sua extensão varia de acordo com cada país, sendo que na Bolívia ele abrange uma área de aproximadamente 53.320 km<sup>2</sup><sup>3</sup> (SERNAP, 2003) situado no Departamento de Santa Cruz, nas províncias Ángel Sandóval e Gérman Busch. No Brasil, compreende parte dos estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, com uma área 151.134 km<sup>2</sup> (IBGE, 2004). E no Paraguai compreende um total de 8.520,1 km<sup>2</sup> no Departamento do Alto Paraguay (HORTON, 2010, p. 12). Na figura a seguir, é possível observar como esse ambiente se distribuí entre os três países:

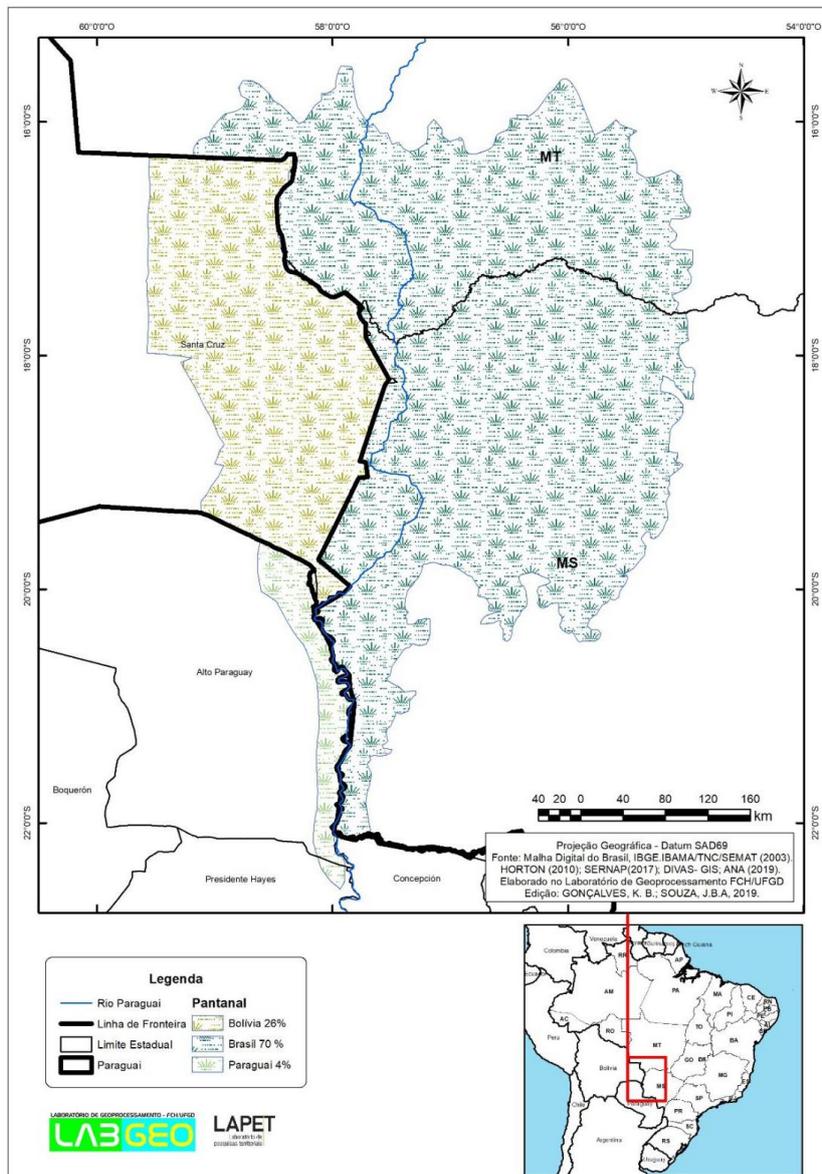
---

<sup>2</sup> De acordo com o Mades (2019, p. 02) o Sitio Ramsar é uma área úmida considerada de grande importância internacional devido a sua riqueza biológica e que serve de refúgio para as aves aquáticas migratórias. Os sítios Ramsar nasceram através da Convenção Ramsar, que foi a única convenção ambiental mundial que tratou dos ecossistemas das áreas úmidas em benefício da conservação e do uso racional dessas áreas.

<sup>3</sup> Vale ressaltar que a extensão original foi calculada em hectares, cujo total é 3.189.888.



Figura 1: Localização do Pantanal Transfronteiriço (Bolívia, Brasil e Paraguai)



Fonte: GONÇALVES (2019, p. 65).

O Pantanal é caracterizado pela Bacia Hidrográfica do Alto Paraguai, que compreende uma considerável superfície em território brasileiro, além de abarcar parte da Bolívia e Paraguai. Tendo em vista o fato desse ambiente abranger uma multiplicidade de



territórios e sujeitos, optou-se por delimitar três áreas protegidas que se enquadram na categoria de proteção integral, sendo uma em cada país, mas todas localizadas na faixa de fronteira, no intuito de analisar como ocorre a apropriação do capital na natureza. Neste sentido, as análises estarão voltadas para as seguintes áreas: Parque Nacional Otuquis (Bolívia), Parque Nacional do Pantanal Mato-grossense (Brasil) e Parque Nacional do Río Negro (Paraguai). Acerca da caracterização do Pantanal Ab'Sáber (2006, p. 15) relata que esse ambiente engloba uma região geomorfologicamente elevada, que separava as Bacias do Paraná e do Chaco, e representava um divisor de águas. Além de ser resultante do encontro de outros importantes ambientes.

Em nossa análise optamos por utilizar o termo Pantanal Transfronteiriço, tal qual é pontuado por Gonçalves (2019), por entender que esse ambiente perpassa as fronteiras entre Bolívia-Brasil-Paraguai, estando localizado entre os biomas Cerrado, Floresta Amazônica e Chaco abrangendo uma multiplicidade de sujeitos e territorialidades. Ademais, ele é caracterizado pelo ciclo hidrológico que determina os períodos de cheia e seca. Somado a isso, consideramos a fronteira como um elemento presente tanto na delimitação das áreas protegidas pesquisadas, quanto na soberania de cada Estado ao determinar os cuidados, as políticas e ações para esse ambiente; e ainda uma área de transição, na qual são estabelecidas relações transnacionais e a jurisdição dos Estados é o poder central.

O Pantanal possui uma multiplicidade de relações culturais, econômicas e políticas, isso graças as particularidades de cada país que o compõe. Por muitos anos, a parte desse ambiente que se estende pela Bolívia e Paraguai era confundido com o Chaco por grande parte da população, contribuindo para que esse ficasse fora do discurso oficial, sem políticas públicas específicas voltadas à sua gestão.

Bolívia, Brasil e Paraguai intensificaram suas preocupações com a temática ambiental a partir de 1990, elaborando políticas ambientais mais completas, e criando sistemas de gerenciamento de áreas protegidas impulsionados pelas exigências das



agências de financiamento internacional, que passaram a exigir certos cuidados com questões ligadas ao ambiente.

Muitas das instituições de financiamento internacional, como por exemplo, o Banco Mundial, para proporcionarem investimentos, passaram a exigir dos países que solicitavam financiamentos uma maior preocupação com as questões ambientais, pois o fato de o país solicitante possuir uma legislação ambiental seria considerado um fator positivo.

Tanto o Parque Nacional Otuquis quanto o Parque Nacional do Pantanal Mato-grossense e o Parque Nacional Ríó Negro foram criados com o propósito de garantir a conservação do Pantanal. Porém, verifica-se que diversas mudanças surgiram em torno da concepção de natureza, onde os interesses econômicos acabaram se atrelando a ideia de conservar, ou seja, o capital se apropria dos recursos naturais com o discurso de que deve-se garantir o desenvolvimento e ao mesmo tempo conservar.

Partindo dessas considerações objetiva-se apresentar como o capital tem tentado se apropriar das áreas protegidas localizadas no Pantanal, colocando em risco a conservação deste ambiente, através da alteração do ciclo hidrológico, ameaçando tanto a sobrevivência de pequenas comunidades que vivem neste ambiente, quanto sua fauna e flora. A seguir, será abordado como essa apropriação tem se tornado a principal ameaça para cada uma dessas áreas protegidas.

## **PARQUE NACIONAL PANTANAL MATO-GROSSENSE: HIDROVIA PARAGUAI PARANÁ**

Uma das grandes ameaças para o Parque Nacional Pantanal Mato-grossense é a instalação da hidrovia Paraguai-Paraná, pois a expansão dessa poderá repercutir nas iniciativas de conservação adotadas para o parque. Uma vez que, a parte brasileira da hidrovia abrangerá um trecho do rio Paraguai localizado entre a cidade de Cáceres e a



confluência do rio Apa, o que totalizará uma extensão de 1.278 km<sup>4</sup>. Todo o embate contra a instalação da hidrovia está no fato que para sua concretização é necessário o melhoramento das atuais condições de navegação e implantação de ações visando garantir uma infraestrutura adequada para a navegação:

O que caracteriza uma hidrovia seria a necessidade de modificações no leito do rio como as dragagens, derrocamentos e explosões das curvas do rio que mudariam suas características hidrológicas. A Hidrovia, segundo alguns ambientalistas, descaracterizará totalmente a função do rio Paraguai, que não se resume ao comércio. O sustento de pequenas famílias tradicionais e ribeirinhas, o tráfego de pequenos barcos, a vida aquática e a economia gerada pelo turismo local e a qualidade ambiental do Parque Nacional do Pantanal Mato-grossense seriam esmagados pelo privilégio que a Hidrovia teria. A título de ilustração, tem-se que a navegação na Hidrovia Paraguai-Paraná, no trecho que atravessa o Parque, entre a cidade de Corumbá e a de Cáceres, numa extensão de 672 km, é feita por embarcações do tipo comboio de empurra (quatro chatas e um empurrador) de 108 m de comprimento, 24 m de largura (boca) e 1,2 m de calado máximo, em períodos de águas mínimas (IBAMA/ TNC/ GASMAT, 2003, p. 352).

A implantação da hidrovia implicará não apenas nas iniciativas de conservação para o parque, mas modificará a vida das comunidades ribeirinhas, isso porque as embarcações que navegarão a área serão maiores, e os impactos também.

A atual proposta da Hidrovia Paraguai Paraná é advinda de um acordo de transporte fluvial firmado em 26 de junho de 1992, em Las Leñas na Argentina, com a participação de cinco países: Argentina, Bolívia, Brasil, Paraguai e Uruguai. Abrangendo uma área de navegação de 3.442 km, que vai desde Cáceres (Brasil) até Nueva Palmira (Uruguai), tendo como trajeto: Puerto Busch (Bolívia), Assunção (Paraguai) e os portos do rio Paraná (Rosario, Zarate), Buenos Aires, Dock Sud e La Plata (Argentina), até o acesso marítimo de Recalada (CIH, 2018, p.04).

Este projeto foi apresentado como um grande ideário de integração econômica, política e social da América do Sul. Oferecendo uma opção de logística para

---

<sup>4</sup> Dados obtidos em IBAMA/ TNC/GASMAT (2003, p. 352).



os produtores de soja, algodão, trigo, girassol, minério de ferro além de outros produtos industriais e agroindustriais abarca cinco trechos estratégicos, dividido da seguinte forma, conforme normativa apresentada pela (CIH, 2018, p.04-05):

- Trecho 1: Rio Paraguai (apenas no Brasil): Cáceres a Corumbá: 680 km, profundidade mínima de navegação 1,8 metros e capacidade para transporte de 9 toneladas;
- Trecho 2: Rio Paraguai: Corumbá a Assunção: 1.132 km, profundidade mínima de navegação 3,00 a 3,20 metros e capacidade de transporte para 24 toneladas;
- Trecho 3: Rio Paraguai e Paraná: Assunção a Santa Fé: 1.040 km, profundidade mínima de navegação 3,20 a 3,95 metros e capacidade de transporte para 30 toneladas;
- Trecho 4: Rio Paraná e Rio de la Plata: Santa Fé a Nueva Palmira: 590 km, e profundidade mínima de navegação 7,00 a 10,00 metros até San Martin e 10,00 a 12,00 metros até Nueva Palmira e capacidade de transporte para 37,5 toneladas;
- Trecho 5: Rio Paraná: Foz do Iguazu a Corrientes: 680 km, profundidade mínima de navegação 2,50 a 3,00 metros e capacidade de transporte para 9 toneladas. A figura a seguir, permite visualizar todo o trajeto que a Hidrovia Paraguai Paraná englobará:



Figura 2: Trajeto Hidrovia Paraguai Paraná



Fonte: CIH (2018, p.03).

De acordo com a CIH (2018), desde o ano de 2015, uma série de impasses têm afetado o andamento do projeto, tais como: a colaboração entre instituições dos cinco estados membros (Aduanas, Prefeituras e Exército) para garantir a segurança na navegação, o combate ao comércio ilícito, a realização de obras necessárias para garantir a navegação das dragagens e os impactos ambientais.

Apesar dos impasses que acompanham a implementação e estruturação da Hidrovia Paraguai Paraná ela traz consigo, um discurso de vantagens econômicas e operativas, proporcionando uma maior conectividade entre as populações localizadas na áreas de influência, e prega um desenvolvimento que não leva em consideração os verdadeiros impactos ambientais.



No entanto, o discurso imbricado por detrás desse processo tem como finalidade a apropriação da natureza por parte do capital. Isso porque em toda a extensão da Hidrovia Paraguai Paraná existe uma diversidade ambiental, e as áreas úmidas do Pantanal, além de serem um elo entre a Floresta Amazônica e o Cerrado, possuem um importante ciclo hidrológico. Faria (2014, p. 05) aponta que os danos atingiria uma grande área entre a Reserva Ecológica Taiamã e o Parque Nacional do Pantanal Mato-grossense, uma vez que o projeto prevê a retificação e dragagem (remoção de sedimentos) do rio Paraguai, destruindo ecossistemas e rompendo a dinâmica regional das águas.

A estruturação da Hidrovia Paraguai Paraná- trecho 1 é uma ameaça constante para esse ambiente, isso porque ela cruzará as margens do Parque Nacional do Pantanal Mato-grossense pelo rio Paraguai, e percorrerá toda a região oeste do parque. No projeto estão previstas dragagens que contribuirão para alterações no ciclo hidrológico. Esse projeto da Hidrovia prevê um tráfego muito intenso de embarcações de carga, pois pretende-se escoar 1/3 da produção agrícola do estado do Mato Grosso. Caso seja implantada conforme a ideia inicial, ela causará uma considerável alteração na condição local.

O projeto inicial da Hidrovia Paraguai Paraná previa centenas de obras de dragagens, retificações de curvas em diversos pontos do rio Paraguai e Paraná. No entanto, não apresentava estudos detalhados sobre os verdadeiros impactos ambientais que poderiam ocorrer. Além disso, diversos movimentos socioambientais e ativistas se manifestaram contra a implementação do projeto, até porque a sociedade civil não conhecia a fundo os desdobramentos desse projeto e nem os reais interesses embutidos nele. As primeiras avaliações de impacto ambiental que foram feitas levavam em consideração apenas o impacto global que a hidrovia poderia causar, e não os danos as especificidades deste ambiente em cada país.

Atualmente, o projeto Hidrovia Paraguai Paraná Trecho 1: Cáceres- Corumbá encontra-se paralisado pela Justiça Federal, graças a uma ação da Promotoria de Justiça do Meio Ambiente de Mato Grosso. O fato de estar paralisado não significa o fim dos



interesses, e sim uma constante ameaça, pois a qualquer momento novos atores podem conseguir revogar a decisão da justiça e dar andamento ao projeto. Além disso, o estado pode dar o aval para o capital fazer uso dessa área visando garantir a concretização desse projeto.

A paralisação do projeto despertou em alguns grupos de interesse, aqui cabe destacar: agricultores, mineradoras, empresas de dragagens e consultoria, além dos parlamentares que estão ligados a esses grupos, a reelaboração do projeto em partes isoladas, ou seja, o objetivo era conseguir o licenciamento ambiental de cada trecho, para posteriormente se interligarem, tal qual apresentava o projeto original da hidrovia.

Essa tentativa meramente maquiada foi barrada no ano de 2004 pela Justiça Federal, que proibiu o IBAMA (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis) e as Secretarias Estaduais de Meio Ambiente de conceder licenças ambientais para a concessão de portos na hidrovia.

De acordo com Faria (2014, p. 09) no ano de 2012 o Supremo Tribunal Federal- STF manteve a decisão que suspendeu o licenciamento ambiental em um porto de Cáceres-MT, além de definir que apenas o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis- IBAMA poderia expedir licenciamentos ambientais e não mais os órgãos estaduais. A implementação da Hidrovia Paraguai Paraná além de ser uma ameaça também representa a apropriação do capital sobre a natureza, através de uma bem-sucedida articulação político empresarial, que envolve fundos de investimento internacional, esferas políticas federais, estaduais e municipais, e não leva em consideração que o Pantanal é uma região inundável com períodos de águas baixas e pequenas populações que dependem da conservação desse ambiente, pois as obras para a hidrovia afetaria a reprodução de peixes, o que refletiria na pesca.

Essa apropriação do capital sobre a natureza difunde a ideia de que ela pode ser moldada e transformada influenciando as relações sociais que o sujeito mantém com a mesma. O progresso, o desenvolvimento econômico e a expansão do capital contribuem



para um processo de produção da natureza, onde está é apropriada e passa a ser regulamentada por instituições.

## **PARQUE NACIONAL OTUQUIS (BOLÍVIA): O PROJETO PORTUÁRIO MOTACUCITO-MUTÚN- PUERTO BUSCH**

O Projeto Portuário Motacucito-Mutún-Puerto Busch nasceu da ausência de uma saída para o oceano, e a necessidade da Bolívia ter um acesso a futura Hidrovia Paraguai Paraná. Visto como um grande projeto geopolítico para o desenvolvimento econômico e institucional, foi criado no intuito de facilitar o transporte de produtos minerais e siderúrgicos do Cerro Mutún no Departamento de Santa Cruz, além de oleaginosos e hidrocarbonetos da região.

Conforme definição explanada pelo *Ministerio de Obras Públicas, Servicios y Vivendas* (2015, p. 02)<sup>5</sup> este projeto consiste na construção de uma via férrea de aproximadamente 131 km entre Motacucito-Mutún-Puerto Busch e quatro estações (Empalque, Mutún 1, Mutún 2 e Puerto Busch), cujo início seria a 16 km ao oeste de Puerto Suarez, saindo da atual via férrea que une Santa Cruz de la Sierra com Puerto Quijarro, ambas na Província de Germán Busch Departamento de Santa Cruz.

Esse projeto foi impulsionado por objetivos audaciosos, dentro os quais vale destacar: fortalecer a infraestrutura na logística da produção nacional, contar com uma possível saída ao Atlântico a partir da Hidrovia Paraguai Paraná, impulsionar o polo de desenvolvimento socioeconômico do país além de atrair grandes oportunidades para a província de Germán Busch.

Durante as pesquisas de campo realizadas entre 2017 e 2018, foi possível perceber a grande questão que se apresenta mediante a execução desse projeto é que uma parte do trajeto passará por dentro do Parque Nacional e Área Natural de Manejo Integrado

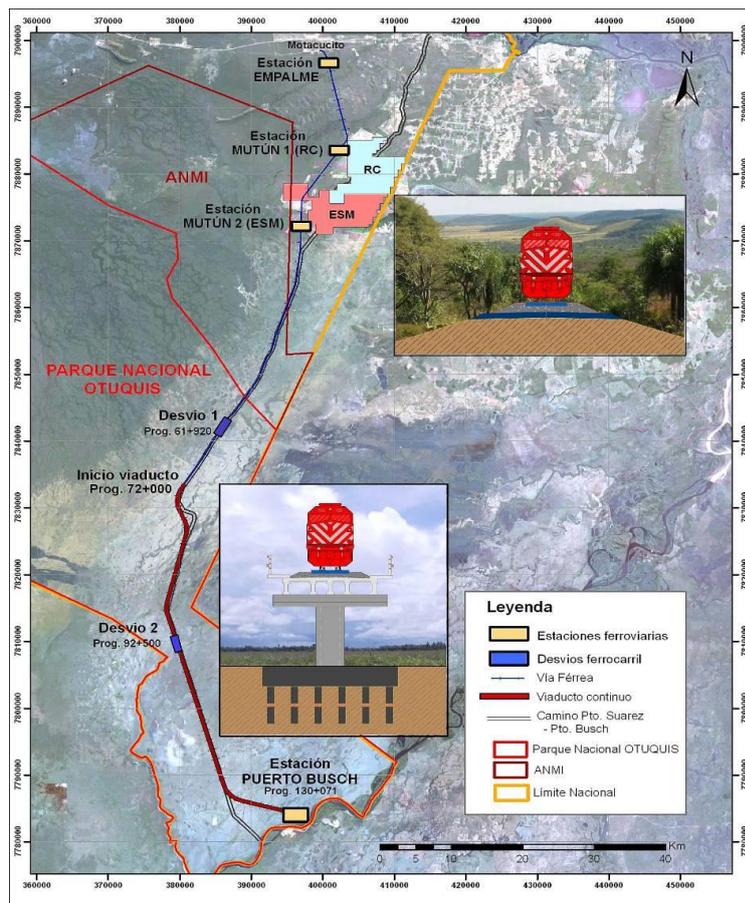
---

<sup>5</sup> Ministério das Obras Públicas, Serviços e Habitação.



Otuquis, trata-se de uma área de proteção integral que está localizado no Pantanal boliviano. O Estado boliviano por meio do Ministério da Obras Públicas, Servicios y Vivendas, no documento de condições para contratação, exige que a empresa responsável pela execução das obras elabore um Plano de Manejo Ambiental visando restituir ou minimizar os impactos ambientais negativos no meio físico, biótico e social. E ainda, no intuito de minimizar os impactos impõe a realização de um diagnóstico para recuperação do ambiente. A figura a seguir, apresenta o trajeto que o projeto englobará na Província de Germán Busch no Departamento de Santa Cruz, bem como o trecho que cortará o Parque Nacional Otuquis:

Figura 3: Projeto Portuário Motacucito-Mutún-Puerto Busch



Fonte: Ministerio de Obras Públicas, Servicios y Vivienda (2015).



O Projeto Portuário Motacucito-Mutún-Puerto Busch nasceu com o objetivo de transformar-se em um catalisador do desenvolvimento regional. Essa ideia obteve tantos incentivos, que no ano de 2007 o governo boliviano instituiu o Decreto Supremo N. 29357 dando origem a uma unidade de desenvolvimento integral na área:

El Estado no ha formulado una política integral, articulada y coordinada de desarrollo para la Región del Pantanal del Sudeste Boliviano, traduciéndose este olvido en la falta de institucionalidad pública y la falta de una ocupación plena del territorio nacional. La Región del Pantanal del Sudeste Boliviano presenta múltiples necesidades y demandas relacionadas con su desarrollo integral, por lo que se requiere de planificación, políticas públicas integrales de parte del Gobierno Nacional y acciones necesarias para generar y consolidar un proceso de desarrollo que articule Territorio, Gestión Pública y Población (BOLÍVIA, 2007, p.01)<sup>6</sup>.

É visível que nos últimos anos a Bolívia têm adotado várias políticas de desenvolvimento para a região do Pantanal, a partir da exploração de recursos naturais da região. E, o Parque Nacional Otuquis tem enfrentado altos índices de pressão visando o desenvolvimento da região. Para os grupos de interesse o fato de ter uma linha férrea passando por dentro do parque não representa uma ameaça para o ambiente, visto que no entorno do parque existe a exploração do minério de ferro no Cerro Mutún.

Até o presente momento, a sociedade civil não teve acesso as análises ou estudos que possam divulgar os impactos ambientais decorrentes do desenvolvimento deste projeto. A grande contradição que acompanha a execução desse, é o fato de que a própria legislação ambiental da Bolívia em seu Regulamento Geral de Áreas Protegidas no artigo 23, determina ser proibido o uso e/ou obras de infraestrutura em áreas que compreendem os parques nacionais.

---

<sup>6</sup> O Estado não formulou uma política de desenvolvimento abrangente, articulada e coordenada para a região do Pantanal do sudeste boliviano, traduzindo esse esquecimento na falta de instituições públicas e na falta de ocupação plena do território nacional. A região pantaneira do sudeste boliviano apresenta múltiplas necessidades e demandas relacionadas ao seu desenvolvimento integral, o que requer planejamento, políticas públicas abrangentes em nome do Governo Nacional e ações necessárias para gerar e consolidar um processo de desenvolvimento que articule Território, Gestão. Público e População. (Tradução Nossa).



Ademais, o próprio estado boliviano tem dado o aval para que o capital se aproprie da natureza e execute projetos que beneficiarão alguns grupos de interesses. É como se o capital se reinventasse na natureza utilizando-se de um discurso de superar as crises econômicas e levar desenvolvimento para a região.

## **PARQUE NACIONAL DO RÍO NEGRO: AS RESERVAS PRIVADAS**

Por um longo período de tempo as terras localizadas no Pantanal paraguaio não despertavam interesse por parte do Estado, dos agricultores e pecuarista e nem pelas Organizações Internacionais, era um território totalmente desprovido de políticas públicas e desprezado por muitos. No entanto, nos últimos anos surgiu um crescente interesse tanto por parte do Estado, quanto das Organizações Não Governamentais nacionais e internacionais que enxergaram um “paraíso intocável” nesse ambiente.

O Parque Nacional Río Negro é uma área silvestre protegida que foi instituída, mas não conta com um Plano de Manejo determinando os usos e o gerenciamento da área. Durante as pesquisas de campo foi possível perceber que a falta de políticas e medidas voltadas para o gerenciamento da área contribuiu para que ao ser criado, o parque incorporasse pequenas reservas de propriedade privada, haja vista que o governo paraguaio não contava com recursos para desapropriar essas áreas.

Aliás, as reservas privadas revelam nitidamente como o capital se apropria da natureza e o estado permite essa ação, uma vez que ele não fiscaliza e nem desenvolve ações para a conservação deste<sup>7</sup>. Mesmo que essas reservas se utilizem de um discurso que tenha como objetivo conservar, elas estão se apropriando da natureza com o aval do Estado para beneficiar pequenos grupos de interesse. A figura a seguir permite evidenciar como essas reservas estão identificadas no interior do parque:

---

<sup>7</sup> É pertinente questionar: Qual o interesse por detrás desse descaso, que muitas vezes é justificado pela falta de recursos financeiros.



Figura 4: Identificação Reserva Privada Fortín Pátria dentro do Parque Nacional  
Río Negro



Autora: Gonçalves, K.B.  
Nota: Pesquisa de Campo (2018).

Figura 5: Identificação Reserva Privada Estación Los Tres Gigantes dentro do Parque  
Nacional Río Negro



**Autora:** Gonçalves, K.B.  
**Nota:** Pesquisa de Campo (2018).

As preocupações por parte do Estado especificamente para esse ambiente são recentes, pois por muitos anos essa área esteve fora das prioridades do Estado paraguaio, e era tratada como uma área pertencente ao Chaco, e, além disso, as obras de infraestrutura



e serviços são muito precárias para a região, são áreas que aparentam estar esquecidas de políticas públicas

O Pantanal paraguaio sempre esteve presente no discurso e na preocupação de algumas ONGs ambientalistas, fato que contribuiu para aquisição de terras dentro de uma área silvestre protegida. A política ambiental do país apresenta diversas debilidades, sendo desvinculada tanto do setor produtivo, quanto das dinâmicas territoriais parecendo um conjunto de boas intenções. Fato que se torna perceptível no Parque Nacional do Río Negro, que não possui nem um plano de manejo regulamentado que defina quais os usos são apropriados para a área. O que se sabe é que essa área pertence ao Estado paraguaio, e que os proprietários das reservas privadas que se encontram dentro acabam executando ações de monitoramento e gerenciamento que caberia ao Estado.

A delimitação da área do Parque Nacional do Río Negro ocorreu entre os anos de 2007-2008 e as duas reservas privadas que estão dentro do parque já existiam e eram de propriedade internacional, diante disso o governo paraguaio não teve como desapropriar essas terras e o parque ficou com uma pequena divisão no meio.

A falta da presença do Estado com ações e políticas voltadas para a conservação da área contribui para que seja débil a gestão e o controle da mesma, e conseqüentemente a pesca desenfreada, o desmatamento e a caça de animais silvestres sejam os principais problemas que ameaçam a conservação da área.

Por mais que a existência dessas reservas traga um discurso de preocupação ambiental e desenvolva ações que visam garantir a conservação deste ambiente, torna-se visível como o capital que, neste caso é internacional, se apropria de áreas que caberia ao Estado gerenciar e garantir a conservação. Esses interesses são para além de garantir a conservação, pois envolvem atividades voltadas ao turismo científico, ou seja, receber pesquisadores do mundo inteiro para fazerem seus estudos, e atividades ligadas a contemplação do pantanal paraguaio. Tendo em consideração que trata-se de uma área que recebe pouca atenção por parte do estado, essas reservas utilizam-se do discurso de que são a estrutura e a infraestrutura para divulgar o pantanal paraguaio.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste artigo foi possível identificar os elementos que se encaixam nesse processo, em que, a natureza se torna um instrumento para a produção. Pode-se destacar no Parque Nacional do Pantanal Mato-grossense no Brasil, a implantação da Hidrovia Paraguai- Paraná que implicará não apenas nas iniciativas de conservação para o parque, mas modificará a vida das comunidades ribeirinhas, isso porque as embarcações que navegarão a área serão maiores, e os impactos também. Já no Parque Nacional Otuquis na Bolívia a execução do Projeto Portuário Motacucito-Mutún-Puerto Busch, que consiste na construção de uma via férrea de aproximadamente 131 km entre Motacucito-Mutún-Puerto Busch, sendo que parte desse trajeto passará por dentro do parque. E no Parque Nacional Río Negro no Paraguai destacamos as reservas privadas que por mais que usem discurso que tenha como objetivo conservar, elas estão se apropriando da natureza com o aval do Estado para beneficiar pequenos grupos de interesse.

As áreas protegidas Parque Nacional Otuquis, Parque Nacional do Pantanal Mato-grossense e Parque Nacional do Río Negro foram criadas pelos Estados Nação e justificadas pela necessidade de garantir a conservação do Pantanal. No entanto, embora existam divergências em torno de seu gerenciamento e da ideia de conservar, algo é comum em todas elas – a imbricação dos interesses econômicos.

Tal interesse, no mundo ocidental moderno tem acompanhado a suposta “preocupação ambiental”. Portanto, a criação das áreas de conservação que tem oculto o objetivo da mercantilização dos elementos naturais não se apresenta como uma excepcionalidade no processo de valorização da natureza porque no modo de produção capitalista tudo é transformado em mercadoria.

Nesse sentido, as ações do Estado - esse que é o responsável pela criação das áreas de conservação - sempre estarão impregnadas de intencionalidade capitalista, ou seja, desde a decisão da criação e o gerenciamento da área não se dão simplesmente porque existe preocupação com os elementos naturais, mas porque interessa a determinado grupo detentor de poder.



Portanto, analisar o comportamento dos Estados-Nação (Brasil, Bolívia e Paraguai) perante suas áreas de conservação torna-se uma tarefa complexa porque faz pensar nas questões que não estão visíveis socialmente. No que se refere aos parques estudados, identifica-se tanto no Parque Nacional Otuquis, Parque Nacional do Pantanal Mato-grossense e no Parque Nacional do Río Negro os interesses econômicos estão se sobrepondo a natureza e o capital está se reinventando seja através de obras de infraestrutura que utilizam o discurso de desenvolvimento, seja por meio de reservas particulares financiadas por capital estrangeiro.

Afinal, o processo de expansão e desenvolvimento econômico do capital e a transformação dos elementos naturais se externalizam como um processo de produção social da natureza, onde tudo é alterado para atender as necessidades da capital.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AB' SÁBER, A. N. **Brasil: paisagens de exceção: o litoral e o Pantanal Mato-Grossense**. Cotia-SP: Ateliê Editorial, 2006.
- BOLIVIA. **Decreto Supremo N° 29357**. La Paz, 30 de noviembre de 2007.
- BOLÍVIA. **Reglamento General de Áreas Protegidas**, La Paz, 31 de julio de 1997.
- CIH (COMITÉ INTERGUBERNAMENTAL DE LA HIDROVÍA PARAGUAY PARANÁ). **Informe de la Secretaría Ejecutiva del CIH: Uma mirada actual**. 16 de Julho 2018. Disponível em: <[http://www.hidrovia.org/userfiles/documentos/nuevo\\_informe\\_hidrovia\\_rev2.pdf](http://www.hidrovia.org/userfiles/documentos/nuevo_informe_hidrovia_rev2.pdf)>. Acesso em 18/11/2018.
- COSTA, Cecilia Aparecida. **A criação do Geoparque Bodoquena-Pantanal no Mundo da sustentabilidade: a mercantilização da natureza e a produção de territórios**. Dourados- MS: Faculdade de ciências Humanas da Universidade Federal da Grande Dourados, 2018. 229 p. (Tese- Doutorado em Geografia).
- EL DIARIO ECONOMÍA. **Potencialidades productivas de Bolivia**. Disponível em: <[http://www.eldiario.net/noticias/2015/2015\\_09/nt150901/economia.php?n=13&-potencialidades-productivas-de-bolivia](http://www.eldiario.net/noticias/2015/2015_09/nt150901/economia.php?n=13&-potencialidades-productivas-de-bolivia)>. Acesso em 21 de novembro de 2018.
- FARIA, Alcides Bartolomeu de. **Hidrovia Paraná Paraguai: o megaprojeto rearticulado**. Campo Grande -MS: ECOA, 2014.



GONÇALVES, K. B. **Pantanal Transfronteiriço (Bolívia- Brasil- Paraguai) e as Áreas Protegidas: Da produção de territórios as iniciativas de conservação.** Dourados-MS, 2019. Tese de Doutorado (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências Humanas, Universidade Federal da Grande Dourados.

HORTON, Emily Y. **Gran Pantanal Paraguay.** Asunción: Asociación Guyra Paraguay: 2010.

IBAMA/ TNC/GASMAT. **Plano de Manejo Parque Nacional do Pantanal Matogrossense.** Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/areas-protegidas/unidades-de-conservacao/plano-de-manejo.html>> Acesso em 14 fev. de 2019.

IBGE. **Malha Digital do Brasil,** 2017.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Mapa de Biomas.** Localização: Rio de Janeiro: IBGE, 2004.

MADES. **Desarrollan proyecto a ser presentado ante la Convención RAMSAR.** Disponível em:< <http://www.mades.gov.py/2019/05/06/desarrollan-proyecto-a-ser-presentado-ante-la-convencion-ramsar/>>. Acesso em 20 de maio de 2019.

MARX, Karl. **O Capital.** Vol. 1. Nova York: International Publishers, 1967.

MINISTERIO DE OBRAS PÚBLICAS, SERVICIOS Y VIVIENDA. **Presentación Motacucito- Mutun- Puerto Busch.** Disponível em: <[https://www.oopp.gob.bo/uploads/presentacion\\_motacucito\\_-\\_mutun\\_-\\_puerto\\_busch1.pdf](https://www.oopp.gob.bo/uploads/presentacion_motacucito_-_mutun_-_puerto_busch1.pdf)>, 2015. Acesso em 01 de novembro de 2018.

NASH, Roderick Frazier. **Wilderness and the American Mind:** Fifth Edition. Yale University Press. Livro Digital, 2014.

SMITH, Neil. **Desenvolvimento Desigual.** Natureza, Capital e a Produção de Espaço. Tradução: Eduardo de Almeida Navarro. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil S. A. 1988.

SERNAP, Servicio Nacional de Áreas Protegidas de Bolivia. **Informe Técnico.** La Paz: SERNAP, 2003.

THOMAS, Keith. **O Homem e o Mundo Natural** – Mudanças de atitudes em Relação às Plantas e aos Animais (1500 – 1800). Tradução: João Roberto Martins Filho. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

Recebido em outubro de 2019.

Revisado em maio de 2020.

Aceito para publicação em setembro de 2020.